



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

# Anais

## III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva *Ações Inclusivas de Sucesso*

Belo Horizonte  
24 a 28 de maio de 2004

---

Realização:



## **Conferência de Abertura**

### ***Ministro Patrus Ananias***

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Mais uma vez, bom - dia a todos. Quero saudar aqui o Professor José Tarcísio Amorim e também agradecer as palavras generosas e afetuosas. Saudar os presentes aqui, na pessoa do Professor Eustáquio, Reitor da nossa Universidade, e também prestar minhas homenagens ao Dr. Norberto Odebrecht , hoje aqui conosco para partilhar as experiências da fundação por ele presidida junto com sua equipe. Saudar a Verinha da Pró-Reitoria de Extensão da nossa Universidade e todos os demais presentes, pró-reitores, professores, alunos e os participantes deste III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva, que vem se tornando, como já disse, marca registrada do campo das atividades sociais e dos compromissos da nossa Universidade.

Vou enxugar um pouco minha exposição, pelos motivos que o Professor José Tarcísio mencionou. Realmente tenho uma limitação porque devo viajar hoje para Brasília às 14 horas. E tenho que acertar algumas coisas em Belo Horizonte, ainda. Por mais que eu queira, para mim seria um prazer ficar aqui pela tarde e ouvir a exposição do Dr. Norberto. Mas tenho que sair, realmente, no prazo de uma hora, até meio - dia e quinze, no máximo. Então vou fazer uma exposição mais sucinta, de uns 30 minutos, no máximo, para que haja, pelo menos mais 30 minutos, para estabelecermos uma relação mais dialogal, ouvir um pouco também e responder algumas questões colocadas pelos participantes deste seminário.

Então vou me ater, basicamente, a uma espécie de reflexão, de prestação de contas sobre nosso ministério. Quer dizer, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome está no centro da luta pela inclusão social no País, em todos os níveis. E lá, nós, além dos compromissos com as pessoas, as famílias e as comunidades empobrecidas, carentes, em situação de risco, temos também compromissos com as políticas que estamos buscando consolidar, ampliar, universalizar junto às pessoas com necessidades

especiais, idosos, crianças e adolescentes em situação de risco, as comunidades indígenas, comunidades afro-brasileiras, os quilombolas, a questão das mulheres, da família, enfim, todos esses temas relacionados com o desafio social da inclusão social e da promoção da vida, da celebração da dignidade humana em todos os níveis.

Por conta disso, de sermos um Ministério com essas características num seminário como este, acho que é um dever de nossa parte falar do que estamos fazendo, prestar contas, reconhecer os limites, as dificuldades e possibilitar, daí, uma reflexão mais compartilhada e coletiva.

Como ficou público e notório, o governo do presidente Lula decidiu em janeiro deste ano de 2004 unificar três áreas: dois Ministérios – o Ministério da Assistência Social e (o da Segurança Alimentar), e uma Secretaria até certo ponto com *status* ministerial, diretamente ligada à presidência da República, a Secretaria do Bolsa Família.

Uma parte da imprensa e, algumas pessoas colocaram que seria um super ministério, o grande ministério da área social, mas não se trata disso; é um ministério estratégico, importante. Eu particularmente, me sinto orgulhoso, estimulado, desafiado a corresponder à confiança do presidente da República e ajudá-lo a corresponder às grandes esperanças e expectativas de nosso povo, especialmente das parcelas dos setores mais carentes, mais sofridos de nossa população. Mas não se trata de um superministério, porque outros ministérios históricos da área social continuam com suas atribuições básicas: a educação, a saúde, o trabalho, a previdência social ou a cultura, agricultura o desenvolvimento agrário e tantos outros. Não vai aqui nenhuma crítica ou cobrança à área econômica de nosso governo ao meu grande amigo e companheiro Palocci, é para registrar. Há ministérios também que, por razões jurídicas, razões históricas, transferências automáticas, recursos vinculados, trabalham com orçamento muito maior do que o nosso. É o caso, por exemplo, do Ministério da Saúde, do próprio Ministério da Educação.

O que o governo, especificamente o presidente da República, decidiu foi no sentido de unificar as políticas sociais mais diretamente voltadas para as pessoas, as famílias e as comunidades em maior situação de risco.

Para aqueles que estão usando uma expressão popular aqui de Minas, interior do estado, aqueles que estão “na tábua da beirada”. Aqueles que nos fazem lembrar aquela belíssima música do Chico Buarque em “Gota d’água”, qualquer desatenção, pode ser a

gota d'água. Quer dizer, aquelas pessoas que estão ali, no limiar, correndo o risco de resvalarem, quem sabe às vezes definitivamente; por isso estamos fazendo tudo para não acontecer, o risco de resvalarem para a indigência, para a mendicância, para a prostituição, o alcoolismo, o uso e tráfico de drogas, para uma subvida, perdendo o sentido maior da existência, a dignidade humana e a auto-estima.

São o que chamamos, na ausência de uma expressão melhor, as chamadas políticas emergenciais, mas não se confundem tais políticas com assistencialismo. São políticas públicas, que asseguram direitos; muitas delas, como veremos aqui, estão dentro de marcos jurídicos, regulatórios, que configuram o campo dos direitos e deveres da cidadania, da nacionalidade e da dignidade humana.

E também queremos, cada vez mais, integrar, articular essas políticas emergenciais com políticas estruturantes, possibilitadoras de outros direitos emancipatórios. Possibilitadoras de uma ascensão social para que as pessoas, as famílias, comecem a caminhar com as suas próprias pernas e a se tornarem, cada vez mais, sujeitos de sua própria vida, da sua história individual, pessoal, familiar, comunitária, coletiva, até a dimensão mais ampla de história do nosso país, nosso povo.

Então, concretamente, integramos essas três áreas. Dentro do antigo Ministério da Assistência Social, hoje nossa Secretaria Nacional de Assistência Social, temos como programas, como políticas mais universais, mais ampla, os chamados benefícios e prestação continuada, que são os benefícios previstos na Lei Orgânica de Assistência Social – a LOAS – acoplados agora com essa Lei social importante que foi aprovada no ano passado e sancionada pelo presidente Lula em 2003, que é o Estatuto do Idoso, garantindo às pessoas que se enquadrem nas características da LOAS e dos Estatutos os benefícios para os que têm mais de 65 anos, e para as pessoas com necessidades especiais; hoje são benefícios no valor de um Salário Mínimo, mas podem ser cumulativos, atingindo até 2 benefícios por família, portanto dois salários por família. Estamos atendendo hoje em torno de 2 milhões e 800 mil pessoas, com benefícios anuais que ultrapassam 3 bilhões de reais, portanto, configurando uma política pública. Temos ainda outros programas conhecidos que estamos procurando também consolidar e ampliar. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o PETI, o SENTINELA, prevenção e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, o AGENTE

JOVEM, que é o trabalho com adolescentes de periferia, pobres em situação de risco de 15 a 17, anos para que possam contar com uma bolsa para os seus estudos e ao mesmo tempo desenvolverem atividades comunitárias.

Como todos são programas que se mostram referenciados na família, o PETI, o SENTINELA e o AGENTE JOVEM, estamos trabalhando numa perspectiva cada vez maior de valorizar o núcleo familiar. E aí está nosso programa de atendimento às famílias e às casas de famílias.

Como o Brasil é um país muito grande, complexo, diferenciado, desigual, do ponto de vista social e regional, é claro que estamos buscando políticas mais universais, políticas que cubram o País inteiro, até para descaracterizar as políticas de Assistência Social de qualquer índole assistencialista, ou de clientelista. Mas, como o País é diferenciado, precisamos ter muita atenção porque existem muitas iniciativas locais, regionais, governamentais e não governamentais importantes, e aí temos também uma grande rede de parcerias, políticas de cooperação com governos estaduais, municipais, com a sociedade, Igrejas, Universidades, movimentos sociais, etc.

Agora, nesta linha de buscarmos cada vez mais a universalização, uma compreensão da Assistência Social como política de direitos e de deveres, construtora, portanto, desses valores fundamentais da cidadania, estamos trabalhando na perspectiva de implantarmos um sistema único de Assistência Social; trabalhando numa ação integrada com os governos estaduais e municipais, criações de fundos, transferência de fundo a fundo, exatamente para estabelecermos uma política de assistência mais geral nos moldes, por exemplo, do SUS – Sistema Único de Saúde, superando essas ações mais clientelísticas, mais personalizadas, estabelecendo, cada vez mais, as relações de acordo com as diretrizes do artigo 37 da Constituição do Brasil, aqueles princípios éticos fundamentais da legalidade, da impessoalidade, da competência, da eficiência, etc.

A outra secretaria finalística é a Secretaria de Segurança Alimentar Nutricional, que incorpora o antigo Ministério da Segurança Alimentar, para o combate à fome e à desnutrição onde vimos também implementando umas políticas importantes. É claro que estamos sempre aquém do que nós queremos e daquilo que nosso povo precisa e merece, mas alcançamos alguns avanços significativos. Eu mencionaria, entre outros, nosso programa de compra de safra da agricultura familiar: nós temos 140 milhões no

orçamento e já autorizamos o gasto de mais de 70 milhões, para compra de safras de pequenos agricultores; com isso, estamos apoiando essa agricultura familiar de pequenos produtores e também fazendo um banco, uma reserva de alimentos para darmos apoio alimentar à comunidades em situação de risco, indígenas, quilombolas, famílias que foram atingidas por barragens, populações de rua, etc.

Temos também dois importantes programas no Nordeste. Um de distribuição de leite, em que priorizamos a compra do leite de pequenos e médios produtores rurais, numa parceria com todos os governos estaduais em todo o Nordeste, inclusive aqui no norte de Minas. Estamos comprando e distribuindo aproximadamente 800 mil litros de leite por dia, e os estudos que temos, mostram também que estamos garantindo pelo menos 12 mil empregos com as famílias dos produtores rurais, com essa venda do leite. E temos o programa de construção de cisternas. Queremos chegar ao final deste ano com 50 mil cisternas, que não são cisternas convencionais subterrâneas; são cisternas que ficam acima da superfície da terra para captar água da chuva, própria para higiene, consumo potável, água também que possa ter um papel em atividades que aumentem a renda dessas famílias: agricultura familiar, comunitária, hortifrutigranjeiros, criação de pequenos animais, etc.

Temos ainda políticas diretamente executadas por nós ou em parceria, para implementação de equipamentos como restaurantes populares, hortas, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, educação alimentar nutricional. Agora mesmo, encaminhamos uma carta, por decisão do governo, determinação do próprio presidente Lula, para todos os governadores e para todos os prefeitos de cidades com mais de 100 mil habitantes, propondo a construção de restaurantes populares nos moldes dos que fizemos com êxito aqui em Belo Horizonte, onde o governo nacional entra com os recursos para construção e equipamentos e o poder local opera, diretamente, ou por intermédio de terceiros permissionários, desde que não apresente nenhuma finalidade lucrativa.

Estamos buscando ações integradas, neste sentido, de restaurantes populares com outras políticas que possibilitem que as pessoas melhorem suas condições de vida e de alimentação.

A terceira secretaria é a Secretaria de Renda e Cidadania, que possui carro chefe o Bolsa Família, um programa que foi consolidado a partir de setembro de 2003, unificando programas anteriores, como bolsa escola, o cartão alimentação, o vale gás e o vale refeição. Estamos pagando um benefício médio em torno de R\$ 74,00 atendendo hoje, no Brasil, 4 milhões de famílias; a determinação clara e inequívoca do presidente da República é que cheguemos até o final de 2004 com 6 milhões e 500 mil famílias e até o final de 2006 atendendo todas as famílias que estejam vivendo abaixo da linha de pobreza no Brasil. Considero que este é um programa vitorioso, um grande programa, de massa.

Além dessas três secretarias finalísticas, nosso ministério reúne mais duas secretarias: a Secretaria de Gestão da Informação que possui exatamente esta função, acompanhar nossas políticas para ver o retorno em termos de redução da mortalidade infantil, redução da evasão e repetências escolares, incidência na economia local, aumento de consumo da produção. Tais políticas estão melhorando efetivamente a vida dessas pessoas, prolongando a existência, etc.

A outra secretaria é a Secretaria de Articulação Institucional e Parceria, que busca exatamente ações integradas, parcerias dentro do próprio governo com Ministérios, como fizemos agora, por exemplo, com o Ministério dos Esportes, o Segundo Tempo, com o Ministério do Meio Ambiente e Apoio Alimentar, as comunidades indígenas e seringueiros na região da Amazônia, parcerias com os governos estaduais, municipais e com a sociedade, empresários, fundações, universidades, Igrejas, sindicatos: enfim, queremos integrar uma grande rede em torno dessas políticas sociais que confrontem mais diretamente a desnutrição, a fome, a miséria, mas queremos também que haja um ponto: estamos entrando numa outra área que inicialmente não estava configurada no Ministério, mas estamos cada vez mais convencidos de que, para sermos fieis ao nosso nome, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para que possamos articular cada vez mais as políticas imediatas, as políticas mais urgentes, políticas mais emergenciais com estruturantes, estamos também entrando em política de geração de trabalho, emprego e renda. Embora ainda não configurada com grandes recursos, uma das funções desta secretaria de articulação institucional e parcerias, é exatamente, buscar também ações que estejam vinculadas à questão do desenvolvimento regional, os arranjos produtivos locais, regionais, o apoio à micro, pequenos e médios

empreendimentos, o cooperativismo, associativismo, enfim, políticas que, efetivamente, possibilitem essa ascensão emancipatória das pessoas, das famílias e, como já mencionei aqui, o caso dos quilombolas, indígenas, de comunidades inteiras.

E outra área, também, que estamos começando a abordar, a tratar com muita atenção, com muito carinho, buscando inclusive parcerias com as Universidades (eu tenho tratado muito disso com a Vera, assim num plano de trabalho mesmo, de reuniões de discussão nossa, sobre esta questão), é a questão da juventude. É uma das prioridades do governo Lula. Ele determinou uma equipe de trabalho coordenada pelo nosso companheiro, o ministro Luiz Dulci, Secretário Geral da Presidência da República, e o nosso Ministério, a partir do agente jovem, quer também chegar mais forte a essa questão, que afronta à consciência nacional. Que afronta e que interpela as pessoas bem, de boa vontade, os cristãos humanistas no Brasil porque se trata de uma violência, uma brutalidade, e nós estamos perdendo nossos jovens. Principalmente os jovens pobres, da periferia das grandes cidades, das regiões metropolitanas nesta guerra estúpida. Onde não há vencedores e somos todos vencidos. Inclusive o País, com a questão da violência. E o mais grave, os jovens sofrem a violência, morrem, ou ficam muitas vezes marcados, machucados no corpo e na alma, às vezes para o resto da vida, ficam com lesões definitivas; e aqueles que cometem os atos de violência, disparando o gatilho, muitas vezes são jovens também.

Há também uma interpelação em nosso Ministério, que perpassa também o governo e penso que perpassa a sociedade: o que podemos fazer de concreto, de políticas sociais e de parcerias envolvendo a Universidade, Igrejas, para salvar esses jovens.

Então, em linhas gerais são estas as nossas realizações, as nossas políticas, e coloquei aqui no final, as nossas preocupações urgentes, os desafios que estamos colocando em nosso Ministério.

Antes de encerrar, quero falar um pouquinho do Fome Zero. Este é um tema que hoje, em todos os lugares aonde vou, eu procuro esclarecer, porque é moeda corrente dizer que o Fome Zero acabou, que Fome Zero não existe. Não é verdade! O Fome Zero é uma grande realidade e uma realidade permanente no Brasil. E vai ser realidade até que consigamos o que nós queremos: o Fome Zero, ou o Brasil sem Fome. Primeiro acho importante aqui resgatar que o presidente Lula deu uma contribuição histórica em minha



leitura, sem nenhuma concessão pelo fato de ser ministro dele, de estadista. Porque, historicamente, nós sabemos que essa questão da fome, desnutrição vinculada à questão da exclusão social, é uma questão real no Brasil. Real! Não podemos ocultar isso, que é o nosso grande desafio, o enigma nacional. Um dos quatro ou cinco países mais ricos do mundo encontra-se também entre os 4 ou 5 países mais injustos do mundo. O dado está lá no IBGE são 11 milhões e 400 mil famílias, vivendo em condições subumanas; condições que afrontam a dignidade humana, o ideal de uma sociedade que cuide bem das pessoas. Neste quadro, a questão da fome no Brasil foi sempre tratada pela sociedade. Tanto que pessoas que até hoje ocupam um lugar na memória, no coração dos brasileiros, emergiram da sociedade: Dom Helder Câmara e, por intermédio dele, tantas pessoas da Igreja Católica, de outras Igrejas cristãs, Vicentinos; o Josué de Castro, o nosso saudoso e sempre presente Betinho, nosso conterrâneo; todos representavam a sociedade. Acho que a grande virada do presidente Lula, em seu discurso de posse, foi evocar a fome e a questão da desnutrição como uma questão também de Estado, com a participação da Sociedade. Trata-se uma questão da sociedade, dos movimentos, das pessoas de bem, mas é também uma questão de políticas públicas, de políticas sociais, como estamos vendo aqui. Foi criado um Ministério. Neste sentido, o Fome Zero traduz também um desafio, um desafio proposto à sociedade brasileira, à consciência das pessoas, para que juntos, Estado e sociedade, ações governamentais e não governamentais, interagindo em políticas públicas comuns, enfrentem este desafio. Nesta linha, o Fome Zero é um conjunto de políticas concretas que estamos viabilizando; são os restaurantes populares, as merendas escolares, são as hortas e cozinhas comunitárias, as cisternas no semi-árido do Nordeste, o apoio alimentar às unidades carentes; mas vai além, todas as políticas que possibilitem melhores condições de vida, possibilitam melhor condições de alimentação. Então o Bolsa Família é o Fome Zero. As nossas políticas, os chamado benefícios de prestação continuada, vinculados à LOAS e ao Estatuto do Idoso, é o Fome Zero. O PETI, o Sentinela, o apoio às famílias: Fome Zero. Vai além, também, do nosso Ministério. As políticas de geração de trabalho, emprego e renda, o desenvolvimento regional, os arranjos produtivos locais, micro, pequeno e médio empreendimentos, a economia solidária, todas essas políticas sociais estão também no Fome Zero, construindo a idéia de um país socialmente justo onde a questão da fome se

enquadre também nesta luta contra a exclusão social. Ou seja, melhorar a vida das pessoas é melhorar suas condições de alimentação.

E nesta linha eu queria fazer uma reflexão final com vocês, sobre esta metáfora, a metáfora do dar o peixe ou ensinar a pescar. Acho que uma coisa está ligada à outra, não se excluem. Acho que o pensamento pobre é o pensamento que exclui. Ou isto ou aquilo. Acho que o pensamento mais rico, mais dialético, possibilitador, é o pensamento que inclui. Já que estou falando de inclusão social, há também a exclusão do pensamento que é altamente empobrecedora. Acho que uma coisa está ligada à outra. Não há que falar em ensinar a pescar a uma pessoa com fome. Ela vai cair no rio e vai morrer, em vez de pescar, vai ser comida pelos peixes. O degrau primeiro da cidadania é o direito à comida. É o direito à alimentação, decente, em doses e composição suficientes para alimentar uma pessoa. É claro que este direito deve estar articulado a outros direitos: trabalho, moradia, que se associa com direito à família, o lar, educação, saúde, etc.

Concretamente, o que nós queremos: cultura, distribuição de renda, justiça social, este compromisso com o bem público com o bem nacional. Este é o nosso objetivo maior, mas concretamente nós temos esta herança, esta herança social perversa; o País acumulou ao longo de sua história, uma dívida social muito grande, o que exige, além de ações sociais estratégicas, de médio e longo prazo, a ações concretas, para impedir que as pessoas morram. Se uma pessoa está com fome, não adianta falar, nós temos que pensar em emprego, trabalho, geração de renda. Isso é fundamental, sim, mas naquele momento ali, para que a pessoa possa até ter condição de caminhar e ajudar a construir novas possibilidades, novos horizontes, é fundamental que ela seja atendida em sua necessidade material básica, elementar, que é a comida.

Bom, penso que já falei um tempo razoável. Poderia dizer de outros pontos que eu tinha listado aqui, mas vou dar um corte meio abrupto senão vou acabar falando muito. Advogado, professor, político, se deixar, vai esticando conversa demais. E como quero ouvi-los um pouco, debater também, levar daqui um retorno de vocês, então ponto final, tenho dito.

Obrigado!